



Cardoso B.
Vr
H
S. Vieira

PLANO DE SITUAÇÃO NA ZONA DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL COMPREENDIDA ENTRE A LINHA DE BASE E O LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL ATÉ ÀS 200 MILHAS MARÍTIMA.

ATA DA QUARTA REUNIÃO PLENÁRIA

Ao vigésimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito pelas catorze horas e trinta minutos, teve lugar, no auditório do edifício do Campo da Barca, sito na Rua Dr. Pestana Júnior, 6, no Funchal, a quarta reunião da Comissão Consultiva que apoia e acompanha o desenvolvimento do plano de situação na zona do espaço marítimo nacional compreendida entre a linha de base e o limite exterior da plataforma continental até às 200 milhas marítimas, estabelecida pelo Despacho n.º 11494/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, nº 201, de 14 de outubro de 2015.

A reunião foi presidida pela Dr.ª Sofia Vieira, da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, e contou com a participação dos representantes das entidades mencionadas no n.º 2, do artigo 2.ª do Anexo II do Despacho n.º 11494/2015, identificados na lista de presenças que se anexa (anexo I) e constitui parte integrante desta ata.

A reunião decorreu de acordo com a ordem de trabalhos que se apresenta no Anexo II, sendo de registar o seguinte:

1. Abertura

A presidente da Comissão Consultiva deu as boas vindas aos presentes.

Mencionou que alguns dos representantes da Comissão Consultiva, manifestaram-se contra os prazos exigidos para a análise dos relatórios do Plano de Situação, por serem demasiado curtos. Desta forma, foram propostas novas datas para a apreciação dos Volumes e será marcada uma quinta reunião plenária da Comissão Consultiva para a aprovação do Plano.

De seguida, a Presidente apresentou, em traços gerais, as intenções da quarta reunião e os respetivos pontos da ordem de trabalhos (anexo II).

Agradeceu também a presença da equipa da Avaliação Ambiental Estratégica, representada pela professora Doutora Fátima Alves que fez uma breve apresentação sobre a Avaliação Ambiental Estratégica.





Resumo
[Handwritten signatures and notes]

2. Assinatura da Ata da 3.^a Reunião da CC-Madeira

Procedeu-se à assinatura da Ata da 3.^a reunião da CC-Madeira.

3. Apresentação da Avaliação Ambiental Estratégica

A presidente da Comissão Consultiva, passou a palavra à professora Doutora Fátima Alves que recorreu a uma apresentação projetada.

Foram apresentados os seis fatores críticos de apoio à decisão: estado ambiental; desenvolvimento e crescimento azul; riscos e alterações climáticas; defesa e vigilância; conhecimento, capacidade científica e técnica; e a cooperação.

Foi exposto o cenário tendencial, que tem como objetivo, a compreensão da evolução expectável do uso do espaço marítimo, face aos desafios de desenvolvimento e crescimento azul e de preservação/ salvaguarda do meio marinho. Os fatores críticos para a decisão constituem os temas fundamentais sobre os quais a AAE se irá debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados na conceção da estratégia e das ações que a implementam, para melhor assegurar os objetivos ambientais e um futuro mais sustentável.

A professora Fátima Alves, referiu que os fatores críticos de apoio à decisão, basearam-se em três grandes elementos: o *Quadro de Referência Estratégico (QRE)* que teve em consideração o âmbito, os objetivos e a incidência territorial do Plano de Situação, na qual se reuniu um conjunto de documentos estratégicos, planos e programas (nacionais e europeus); as *questões estratégicas (QE)* que resultaram diretamente dos objetivos definidos no Plano de Situação e as *questões ambientais e de sustentabilidade (QAS)* que foram selecionadas de acordo com a sua relevância para o objeto da Avaliação Ambiental Estratégica e posteriormente integradas na definição dos fatores críticos de apoio à decisão.

Foi mostrado o cenário tendencial dos usos privativos, existentes e potenciais, específico para a Região tendo por base as fichas temáticas apresentadas no Volume III.





Boletim 13

[Handwritten signatures and initials]

Foi exibida uma matriz de análise e avaliação estratégica, comum às quatro subdivisões, e uma matriz relativa à análise dos usos e atividades privativas para o espaço marítimo Regional.

Foram referidas as *Diretrizes de Monitorização*, sendo que, a professora Fátima Alves mencionou que se tratam de tabelas bastante extensas pelo que não foram todas incorporadas na apresentação, mas que constam do Relatório da Avaliação Ambiental do Plano de Situação.

Também foi apresentado o *Quadro de Governança* referindo que o sucesso da implementação do Plano de Situação não dependerá apenas das entidades responsáveis pela sua elaboração – a DGRM, DROTA e DRAM – mas também da cooperação entre as várias entidades, no âmbito das respetivas competências, e da eficácia dos diálogos institucionais estabelecidos. Mencionou também, que é expectável que o Plano de Situação venha favorecer oportunidades no desenvolvimento de atividades que catalisem a economia do mar e consequentemente a economia nacional, numa ótica de sustentabilidade ambiental, social e económica.

No final referiu que estará disponível para o esclarecimento de qualquer dúvida e agradeceu a atenção de todos.

4. Discussão dos volumes do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica

Terminada a apresentação, a Presidente da Comissão Consultiva, deu a palavra às entidades para que se pronunciassem sobre os Volumes do Plano de Situação e respetiva Avaliação Ambiental Estratégica, registando-se as seguintes intervenções:

A **Secretaria Regional do Turismo e Cultura**, representada pelo Dr. Énio Freitas, referiu que se encontrava preocupado com a dimensão da área delimitada para a energia renovável a Norte da ilha da Madeira e do Porto Santo assim como para as áreas consideradas como zonas de interesse para a aquicultura na costa Sul da ilha da Madeira. As dimensões destas áreas podem acarretar consequências na paisagem, nomeadamente o impacte que podem causar.





Roberto B.
[Handwritten signatures and initials]

Visto que a Região depende bastante da atividade do turismo, sobretudo do turismo de natureza, o Dr. Énio Freitas questionou a equipa da Avaliação Ambiental e do Plano de Situação, se os Volumes do Plano de Situação e respetiva Avaliação Ambiental, contemplavam esta questão. Referiu também que o Programa de Ordenamento Turístico é um Decreto Legislativo Regional e que deve estar contemplado no Plano. Alertou a equipa para os prazos concedidos inicialmente para a análise dos Volumes do Plano.

A **Direção Regional de Pescas**, representada pelo Dr. João Delgado, referiu a necessidade de melhorar o Relatório de Caracterização, nomeadamente ao nível do Descritor 3 da Diretiva Quadro Estratégia Marinha. Deve também ser incluído os diplomas que regulamentam a pesca lúdica e a apanha de lapas.

Sugeriu também, que o Relatório de Caracterização, deveria conter o nome de todos os elementos que colaboraram para a sua elaboração.

O **Observatório Oceânico da Madeira**, representado pelo Dr. Ricardo Araújo, referiu que conversou com os membros do OOM e que acharam que era importante modificar ou fortalecer o capítulo referente à biologia, pois não se encontrava devidamente fundamentada ou estruturada. Desta forma, propôs a realização de uma reunião com os membros do OOM para que fosse possível chegar a um consenso.

Referiu também que na ficha da aquicultura, se encontra referido que esta atividade é incompatível com as Áreas Marinhas Protegidas, mas que em outros capítulos do Plano, é referido que é compatível, pelo que a situação deveria ser analisada.

Alertou também a equipa para os prazos concedidos inicialmente para a análise dos Volumes do Plano.

A **APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira (APRAM, S.A.)**, representada pelo Eng.º Carlos Manuel Henriques Camacho, referiu que a alínea 1 do artigo 2.º da Lei n.º 17/2014 de 10 de abril, refere que o espaço marítimo nacional se estende desde as linhas de base até ao limite exterior da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas. Tendo em conta este diploma, não fazia sentido, constar no





Patrícia B. V.
[Handwritten signatures and initials]

Volume III do Plano de Situação, a descrição das infraestruturas portuárias visto que se encontram antes das linhas de base. Referiu também que a área delimitada pelo Plano de Situação relativamente ao navio *Pronto*, que se encontra a Sul do Porto Funchal, está a ser considerada pela APRAM, S.A., através novo Diploma que está a ser desenvolvido neste momento relativo às áreas de jurisdição portuária.

A **Direção – Geral dos Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)**, representada pela Eng.^a Ana Cristina Costa, referiu via Skype, que os prazos apresentados eram efetivamente curtos; mas que também tinham sido confrontados com os prazos provenientes do Gabinete da Ministra do Mar.

A **Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente (DROTA)**, representada pela equipa que desenvolveu o Plano de Situação, referiram inicialmente que o Plano de Situação é um documento elaborado por todos e para todos. E como tal, todos os contributos serão bem-vindos, enriquecendo não só o Plano mas também, servindo como exemplo, uma vez que todas as entidades, tanto as da Comissão Consultiva como entidades exteriores, participassem ativamente na elaboração do Plano de Situação, o que acaba por ir ao encontro da Diretiva Europeia 2014/89/UE e dos diplomas nacionais relativos ao ordenamento do espaço marítimo.

No que diz respeito à área delimitada com aptidão, para as energias renováveis na costa Norte da ilha da Madeira, não irá ser totalmente ocupada, apenas uma pequena parte. Porém como não existem estudos suficientes até ao momento, é difícil determinar uma localização específica para esta atividade. Relativamente às áreas de aptidão para as *zonas de interesse para a aquicultura*, as dimensões destas áreas incluem os corredores de navegação e áreas de segurança, pelo que a área total delimitada não será toda ocupada. Porém a equipa irá ter em consideração a questão do impacto visual pelo que foi solicitado à Secretaria do Turismo e Cultura que enviassem um pequeno contributo relativamente a esta questão para que possa ser incorporado no Plano de Situação.

Respondendo à Direção Regional de Pescas, solicitou-se ao representante da Comissão Consultiva, que auxiliasse nas questões levantadas, através do envio de alguns





Continuar.
D. X Y
C
J. Vieira

contributos. Foi também referido que no Volume I se encontra referido os responsáveis pela elaboração do Plano de Situação para a subdivisão da Madeira.

Relativamente à reunião solicitada pelo OOM, a equipa referiu que ira contactar brevemente os membros OOM para definir uma data para a reunião. Foi referido também que era importante que os membros do OOM dessem uma última contribuição para este Plano, especialmente na área da biologia e da investigação.

6. Outros assuntos

A Presidente da Comissão Consultiva propôs uma nova data para a apreciação dos volumes do Plano e solicitou a apreciação da Comissão Consultiva. Assim ficou estipulado a Comissão Consultiva enviar até ao dia 13 de abril a entrega dos contributos relativos ao Plano de Situação e a quinta reunião da Comissão Consultiva para o dia 17 de abril.

Referiu que a data da quinta reunião da Comissão Consultiva pode sofrer alterações visto que a Região se encontra dependente de uma nova calendarização que será apresentada pela DGRM.

7. Encerramento

A Presidente da Comissão Consultiva referiu que a apresentação efetuada pela DROTA e a Ata da reunião seriam disponibilizadas posteriormente. Não havendo mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

9.
4

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais

Sofia Vieira

Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente

Manuel Ara Oliveira

Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente

Vítor Jorge

Direção – Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Ana Cristina Costa

Autoridade Marítima Nacional

Artur Mateus Pires

Direção Regional de Pescas

João Delgado





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira



Carlos Camacho

**ACIF-CCIM – Associação Comercial e Industrial do Funchal – Câmara do Comércio
e Indústria da Madeira**



Carlos Maurício Jardim Pereira

Universidade de Aveiro

Fátima Alves

